



14/03/2017 - 8h59 - Sinttel-ES - Tania Trento

## Telemont/Oi demite 34 trabalhadores

O Sinttel-ES denuncia o grande número de demissões na Telemont Engenharia de Telecomunicação, prestadora de serviços para a planta externa da Operadora Oi, após a greve realizada em novembro passado. De dezembro/2016 a meados de Fev/2017, foram homologadas no Sindicato 34 demissões sem justa causa. Esse número pode ser maior, uma vez que os trabalhadores com menos de um ano de trabalho na empresa podem fazer as rescisões na Superintendência Regional do Ministério do Trabalho – SRTE, onde o Sindicato não tem acesso aos dados.

Apesar do sofrimento causado pelo desemprego de tantos pais de família, o fato não causa surpresa à direção do Sindicato e muito menos aos próprios empregados. A relação da chefia com os técnicos é muito ruim, principalmente, por causa do excesso de punições, muitas vezes injustas e desnecessárias, como por exemplo, as advertências devido à falta de registro de ponto, mesmo quando o trabalhador tem que terminar um reparo em uma localidade rural e não tem como chegar na base da empresa.

Não podemos esquecer que a maior preocupação do jovem técnico, Odlanier Soares Perusse, 19 anos, um dia antes de sua morte por acidente de trabalho, foi falar para o seu pai – que também é técnico na Telemont – que iria receber advertência por não ter batido o ponto, uma vez que estivera até às 19 horas fazendo um reparo na localidade de Jucu, em Viana.

Depois da greve de seis dias realizada em novembro passado, que pedia à Telemont o cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016 e de 2017, e adotasse os pisos salariais por função, essa convivência ficou ainda mais complicada, diante das perseguições dos supervisores e coordenadores. “Há uma lista de “personas

não gratas” e que serão descartadas com o tempo”, revela um técnico que não quis se identificar, mesmo porque ele tem certeza que seu nome está nesta lista.

O clima ainda é muito tenso, depois que a empresa convocou parte dos trabalhadores administrativos, contra o desejo dos técnicos, para uma manifestação em frente ao Sinttel, exigindo que o Sindicato retirasse um processo – Ação de Cumprimento – que estava na Justiça do Trabalho esperando o julgamento para que a empresa adotasse a CCT 2015/2016 estabelecendo pisos salariais mais elevados para os técnicos.

Essa truculência da empresa, contra os empregados e o Sinttel-ES, diante dos olhos fechados da Operadora Oi, tem a intolerância como energia, sentimento de ódio e vingança, muito comum no Brasil do Golpe Político.

Para o diretor do Sinttel-ES, Alessandro Mamedi, essa situação não tem perspectivas de melhora, já que a empresa perdeu a Ação de Cumprimento na Justiça e, mesmo que recorra aos tribunais superiores, terá que pagar o que deve aos empregados. O pedido de cumprimento imediato – feito pela advogada do Sinttel, Renata Shimidt voltou para a Vara de Origem, onde existe uma liminar determinando o cumprimento dos termos da CCT 2015/2016.

Para a Telemont não deve estar sendo fácil ter que aceitar pagar pisos salariais um pouco maiores para os técnicos que ela vem explorando desde 2013, quando substituiu outra prestadora, a Gecel na planta externa da Oi. Sem contar que ela terá de enfrentar os demais sindicatos em outros estados, que vão querer essa conquista dos capixabas: os pisos salariais por função, na próxima negociação coletiva que começa até abril.

### DEMISSÕES SEM JUSTA CAUSA TELEMONT

DEZ/JAN/FEV 2017

Trabalhador/a	Data do afastamento
WELBY O M	01/12/2016
PATRICK G S	06/12/2016
JOSE A S J	06/12/2016
ESLEY S	06/12/2016
PRISCILA N M P	06/12/2016
SAMUEL S C	12/12/2016
DIEGO P J	12/12/2016
MOACYR T L B	12/12/2016
RONISMAR S	13/12/2016
BENEDITO A O	12/12/2016
DANIEL F R	29/12/2016
RAFAEL N	02/01/2017
JEFTER O	10/01/2017
RODRIGO A R	10/01/2017
SILVANA T S	10/01/2017
HOLSSEN T O F	10/01/2017
SILVIO C S	10/01/2017
ROBERTO C R B	17/01/2017
ANDRÉ S P	17/01/2017
EDMILSON R A	17/01/2017
GABRIEL O B	17/01/2017
MAURICIO F D	17/01/2017
JULIO P G	17/01/2017
JULIO D A E	30/01/2017
RAMIRES E R	13/02/2017
LOMELINO A C	13/02/2017
JOSÉ A P	13/02/2017
RENALTO S M	13/02/2017
TIAGO V	13/02/2017
RUAN F O	14/02/2017
EVERTON S V	14/02/2017
JORGEDEMERSON S G	14/02/2017
LUCIANO S C	16/02/2017
VALMIR L	15/02/2017



14/03/2017 - Instituto Telecom

## Nossa Opinião - Internet rápida para todos

Não existe nenhum lugar no mundo no qual a universalização das telecomunicações, e muito menos da banda larga, se deu a partir da telefonia celular ou da competição de operadoras. Por isso, é uma balela, um engodo, o argumento das operadoras de que a universalização da banda larga no Brasil ocorre através do celular.

Pesquisa recente do Instituto Pew, além de verificar que apenas metade da população mundial tem acesso a internet, mostra que “quanto mais pobre a população, mais móvel ela tende a ser”. O país com maior fluxo de dados via plataforma móvel é a Nigéria, vindo depois a África do Sul, Indonésia e Índia.

Boa parcela da população brasileira não se habilita a ter uma linha fixa devido ao preço exorbitante da assinatura mensal, mas acaba caindo na telefonia móvel pré-paga com preços superiores ao da telefonia fixa.

Alguém poderia afirmar que a população de baixa renda tem direito tanto a telefonia fixa quanto ao celular. Concordamos, mas o problema não está aí. A grande questão é como realmente inserir o conjunto da sociedade numa internet rápida e de qualidade. Com certeza não será limitando o acesso, quando existe, a celulares pré-pagos com preços caros e banda larga sofrível.

O debate sobre a universalização da banda larga não pode ficar restrito a alguns especialistas ou às empresas que possuem como principal objetivo o lucro e não responder, por exemplo, aos desafios da telemedicina, da tele-educação, da transparência das informações

etc. Pensar que os representantes do mercado vão se preocupar com as telecomunicações como base de uma sociedade democrática é tentar iludir todos aqueles que precisam entrar de vez na sociedade da informação.

Daí a nossa preocupação e resistência aos dois grandes golpes que vêm se delineando a partir do PLC 79/16, que doa R\$100 bilhões à Oi, Vivo e Claro; e da entrega do satélite que será lançado do dia 21 de março e que terá 80% de sua capacidade direcionada para o mercado. Essas duas medidas, se aprovadas, dificultarão que a banda larga esteja realmente à disposição de toda a população brasileira.

Levar banda larga às regiões precariamente atendidas ou não atendidas por redes terrestres; permitir a conexão em alta velocidade nas escolas rurais e escolas da periferia das grandes e médias cidades; garantir a interligação dos postos de saúde, hospitais e outras unidades de saúde pública em locais que não disponham de redes terrestre; garantir que todas as escolas urbanas tenham acesso a uma internet rápida e de qualidade são objetivos que poderão ser inviabilizados com os encaminhamentos dados até aqui pelo governo golpista.

Por tudo isso, defendemos que a solução para a universalização da banda larga no Brasil passa por respeitarmos as leis constituídas que afirmam: se um serviço é essencial, ele não pode ser prestado apenas em regime privado. Tem que haver regras claras que obriguem as operadoras a levarem a internet a todos os lugares e classes do país com qualidade e tarifas módicas, e não apenas às áreas mais rentáveis.

14/03/2017 - Instituto Telecom

## Para TCU, a digitalização travou no Brasil

Em que pesem os esforços recentes, especialmente no campo da legislação, o Brasil ainda ocupa uma “posição incômoda” entre as nações que buscam a digitalização, especialmente do Estado. Segundo o ministro do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz, esse é um esforço que depende muito mais de vontade política do que recursos ou mesmo tecnologia.

“O Brasil tem ocupado uma posição absolutamente incômoda entre países que buscam avanços na área digital. Precisamos avançar para diminuir a enorme e pesada burocracia, avançar rapidamente para a era digital para voltarmos a ser uma economia produtiva. O governo já deveria ter toma-

do atitudes muito mais participativas nesse processo”, sustentou o ministro.

Segundo ele, “isso só acontecerá de fato se o Estado promover os meios para essa transformação digital. Não precisamos ser a maior economia do mundo para isso, nem mesmo uma potência tecnológica. Basta vontade política de diminuir os cartórios, os carimbos, evitar esforços repetitivos, duplicidade de ações, que é uma verdadeira burrice ocupada”.

Ele lembrou que alguns passos já foram dados, em especial com a publicação de Decretos presidenciais que tratam de governança digital e compartilhamento de dados, (8279 e 8638, ambos de 2016), mas insistiu

que os resultados efetivos, principalmente em políticas públicas, “só virão quando usarmos massivamente as ferramentas digitais”.

O movimento, no entanto, não depende apenas de governos. “Não há perspectiva de transformação de um Estado analógico em digital sem expressiva participação da sociedade e da iniciativa privada. Sabemos que a iniciativa privada brasileira também está se preparando, mas acho que precisamos avançar mais rapidamente.” O ministro Aroldo Cedraz é um dos palestrantes do 2º Seminário Brasscom Políticas Públicas & Negócios, que acontece nos dias 15 e 16 de março, em Brasília.



14/03/2017 - Instituto Telecom

## Telebras tem prejuízo de R\$ 270,8 milhões em 2016

Operadora registrou aumento de custos. Mas aposta que satélite e cabo submarino poderão trazer novas receitas no futuro próximo.

A Telebras divulgou hoje, 13, o balanço financeiro de 2016. Nele, registra prejuízo de R\$ 270,8 milhões. O número negativo esconde, no entanto, um crescimento de 35,2% na receita com serviços de comunicação multimídia, em relação a 2015. Em 2016, essa rubrica faturou R\$ 74,48 milhões. A receita bruta foi de R\$ 81,48 milhões, 29,7% maior.

Os gastos operacionais da estatal, no entanto, saltaram de R\$ 165,44 milhões para R\$ 195,18 milhões (+18%), graças a aumento dos custos principalmente com pessoal, terceirizados e locações. O resultado financeiro também foi negativo, em R\$ 76,8 milhões. Somados, ambos os fatores explicam o prejuízo. O EBITDA também não apresentou melhora. Ficou negativo em R\$ 144,6 milhões, uma piora de 40,6% em relação a 2015.

O balanço mostra que a Telebras apertou o cinto no ano passado. Entre repasses da União e receitas próprias, juntou R\$ 655,5 milhões em recursos. Gastou, no entanto, 41,8% disso, ou R\$ 336 milhões. O corte no orçamento aconteceu em praticamente todos os âmbitos. O gasto com PNBL, por exemplo, foi 54,1% do previsto. O gasto com o satélite (SGDC) foi de 39,3% do previsto. Do investimento aprovado para a estatal em 2016, de R\$ 803,6 milhões, apenas R\$ 319,5 milhões (39,8%) foi realizado.

### Negócios

A empresa diz no relatório que pretende aproveitar a entrada em operação de novas infraestruturas para multiplicar a capacidade de gerar receita. Ressalta que com o satélite (SGDC), passará a cobrir todo o Brasil. Para aproveitar a oportunidade, reformulou as equipes comercial e de marketing, que foram unificadas. Segundo a empresa, essa união vai

ajudar a desenvolver novos produtos e serviços de valor agregado, a rever políticas de preço e reposicionar a marca.

A tele diz, ainda, que ampliou a rede usada no atendimento do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), inaugurando quatro trechos no ano passado, cortando os estados de Paraná, Mato Grosso do Sul, Amapá e Rondônia. A rede atingiu 22.480 km de extensão, somando-se os trechos de backbone alugados.

Também a construção do cabo submarino Brasil-Europa avançou. Projeto iniciado em 2011, terá 9,3 mil km de extensão e ligará Praia Grande (SP) a Sines (Portugal). A Telebras afirma que estuda acrescentar uma ramificação do cabo para Fortaleza (CE), o que acrescentaria mais 600 Km à estrutura. Afirma, ainda, que já está em fase avançada de contratação do fornecedor, que deve ser anunciado entre março e junho deste ano. Mas não traz previsão para entrada em operação.

14/03/2017 - Instituto Telecom

## Telefonia fixa desliga 1,72 milhão de linhas em janeiro

As autorizadas foram responsáveis pela maior parcela dos desligamentos. Das concessionárias, apenas Oi apresentou saldo negativo em um ano. País tinha 41,7 milhões de usuários do STFC ao final do mês.

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou hoje, 13, o saldo de linhas fixas para o mês de janeiro deste ano. Ao todo, as operadoras desligaram 1,72 milhão de telefones, o que significa uma retração de 3,96% na base de assinantes sobre o mesmo mês de 2016. Com isso, janeiro terminou com 41,7 milhões de acessos de telefonia fixa.

As autorizadas foram responsáveis pela maior parcela dos desligamentos, encerrando 1,04 milhão de acessos. Equivale a uma redução de 5,77% no número de assinantes (24,67 milhões) em relação a igual período do ano passado.

Entre as autorizadas, a Algar apresentou adição de 28,54 mil linhas (+12,74%) de janeiro de 2016 a janeiro de 2017, seguida pela Sercomtel com 11.369 mil (+15,3%). TIM (Telecom Itália) desligou 79,80 mil telefones fixo (-13,25%), a Vivo, 608,91 mil (-11,4%) e a Claro, 422,81 mil linhas fixas (-3,68%).

As concessionárias apresentaram perda de 678,26 mil linhas fixas

(-2,68%), terminando o mês com 17,03 milhões de acessos. Entre as concessões, apenas a Oi teve queda, de 767,63 mil linhas fixas (-5,16) nos últimos doze meses. As outras registram aumento: Vivo (Telefônica) mais 69,12 mil linhas (+0,72%), Algar Telecom (CTBC Telecom) mais 13,01 mil (+1,80%), Sercomtel (Prefeitura de Londrina /Copel) aumento de 7,14 mil linhas (+4,24%).

Apesar da queda maior na quantidade de assinantes das autorizadas, essas empresas aumentaram sua participação em relação ao total de assinantes fixos no país. Passaram de 58,37% das linhas em janeiro de 2016, para 59,16% em janeiro de 2017. Consequentemente, concessões passaram de 41,63% para 40,84%.

Nos últimos doze meses os estados que apresentaram as maiores quedas percentuais foram Amapá com menos 6,52 mil linhas fixas (-13,57%), Rio Grande do Norte com redução de 26,58 mil linhas (-8,68%) e Maranhão menos 29,78 mil linhas (-8,55%). Os únicos estados que apresentaram aumento no número de linhas foram Santa Catarina, com +8,87 mil linhas (+0,53%), Mato Grosso do Sul, com 2,14 mil (+0,44%), Goiás com 2,74 mil (+0,22%) e Mato Grosso com 1,01 mil (+0,20%).



14/03/2017 - Instituto Telecom

## Fim dos mandatos preocupa integrantes do Conselho de Comunicação Social do Congresso

O presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, Miguel Cançado deve se encontrar, nesta terça-feira, 14, com os presidentes do Senado e da Câmara. Na pauta, além de apresentar o trabalho realizado pelo conselho, a preocupação com a continuidade do colegiado, já que os mandatos dos integrantes se encerram no dia 15 de julho. "É preciso garantir que o conselho não sofra solução de continuidade, como no passado", disse Cançado.

Para Nascimento Silva, que representa os trabalhadores de radiodifusão no conselho, é preciso assegurar que os integrantes representem realmente a sociedade civil organizada e não empresarial, como tem sido a tônica nas duas últimas formações do CCS. Ele apoiou a realização de uma audiência especial com o atual e ex-presidente do conselho para apresentar sugestões de melhorias para o colegiado.

Sem posição

A iminência do fim do mandato fez a Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social, do conselho evitar um posicionamento sobre propostas tramitando no Con-

gresso que restringem as transmissões ao vivo das sessões de julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e outros tribunais superiores.

Na reunião desta segunda-feira, 13, Miguel Cançado, que representa a OAB, considerou inadequado que a comissão se debruçasse neste momento político da sociedade sobre um tema "tão complexo e polêmico", podendo retomar a discussão a partir do próximo mandato. "Acredito ainda que a transmissão ao vivo dessas sessões de julgamentos no STF, feitas não só pelo próprio sistema de comunicação do Poder Judiciário como às vezes também por outros meios, é um caminho sem volta dentro da sociedade brasileira". Cançado "não percebe" no atual momento uma condição política que sinalize a aprovação de um projeto com este teor.

Já o conselheiro Walter Ceneviva, que representa as emissoras, concorda que este não seria "o melhor momento" para a comissão se manifestar oficialmente sobre essa proposição, mas não deixou de mostrar sua preocupação com o fenômeno da "espetacularização do Judiciário" que, no seu entender, vem passando à sociedade brasileira.

13/03/2017 - Portal Vermelho

## Gleisi: Não era só tirar a Dilma que a economia melhorava?

O resultado do PIB do ano passado foi uma forte queda de 3,6% de nossas riquezas, consolidada sete meses após o início do governo Michel Temer. Uma tragédia para a economia brasileira que, infelizmente, não para por aí.

Na semana que passou o jornalista Fernando Rodrigues revelou que a equipe econômica tem em mãos números mostrando que, ao contrário do que tenta fazer crer o próprio governo, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá sofrer uma queda de até 1,1% neste ano. Ou seja, ao se confirmar o prognóstico oficial, o que com certeza ocorrerá, nosso país emplacará três anos seguidos de recessão.

Mas afinal, o que está acontecendo? Não era o pessoal desse governo que dizia que bastava tirar a presidenta Dilma que a economia iria melhorar porque resgataríamos as expectativas, as pessoas teriam fé no país novamente? Não era esse governo de Michel Temer e do ministro Henrique Meirelles que dizia que a confiança voltaria e tudo seria melhor? Não eram o PMDB e o PSDB que previam a retomada do crescimento econômico? Tirem

a Dilma que a confiança vai voltar e a economia vai crescer. Quanta hipocrisia!

A economia está no fundo do poço e dela não sairá, a menos que se mude completamente a política econômica que está sendo implementada. A austeridade fiscal, acompanhada dessas reformas que desmontam o Estado de Bem Estar Social mínimo, que conquistamos a partir da Constituição de 1988 e com os governos de Dilma e Lula, implantadas por esse governo, levará o Brasil cada vez mais para baixo.

Nesse contexto, é preciso que se diga que nós, do PT, brigamos pouco contra a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda em 2015. Foram as medidas de ajuste dele, com os cortes nos investimentos, que deram combustível inicial para a crise.

Leia mais em:

<http://migre.me/weJWj>

## Aepet: percepção da crise ajuda a acelerar plano privatizante

Associação dos Engenheiros da Petrobras alerta para o movimento do presidente da Petrobras, Pedro Parente, de potencializar o cenário de crise para que o projeto de venda dos ativos da empresa seja acelerado; "A Aepet avalia que o interesse em aumentar a percepção de um cenário de crise é proporcional à vontade de promover a privatização fatiada da Companhia", diz o texto da associação.

Confira abaixo texto publicado no site da Aepet:

"Na entrevista concedida ao banqueiro Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco, na revista Época, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou que "quando a gente perde a noção de que existe uma crise, fazer as coisas difíceis se torna ainda mais difícil. Eu me refiro especificamente ao nosso plano de desinvestimento". Assim, deixa claro que a percepção da crise ajuda a acelerar seu plano

privatizante. Parente salientou também que aceitaria permanecer no cargo após o término do mandato de Temer "desde que mantida minha autonomia para decidir".

A Aepet avalia que o interesse em aumentar a percepção de um cenário de crise é proporcional à vontade de promover a privatização fatiada da Companhia.

Leia mais em: <http://migre.me/weJZI>

# PARALISAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DA APOSENTADORIA

**15 DE  
MARÇO****7H PÇA. GOIABEIRAS  
CAMINHADA ATÉ O AEROPORTO**

Reforma da Previdência  
**REAJA** ou  
sua  
aposentadoria  
**acaba**  
aqui.

Deputados e senadores que pediram seu voto  
podem acabar com a sua aposentadoria.

Pressione! Não deixe que votem contra você.

**SINTTEL·ES** 

## Protestos do dia 15 contra reforma da Previdência ganham força

Na opinião de sindicalistas e lideranças do movimento social, os atos desta quarta-feira (15) contra o projeto de reforma da Previdência Social de Michel Temer serão expressivos e podem ganhar a adesão do cidadão comum. Para dirigentes, parcelas da sociedade que não fazem parte de movimentos organizados começam a se preocupar com a aposentadoria – o que deve fortalecer os protestos do dia 15.

Ato contra reforma da Previdência em Santa Rosa (RS) reuniu no final de fevereiro milhares de trabalhadores. Ato contra reforma da Previdência em Santa Rosa (RS) reuniu no final de fevereiro milhares de trabalhadores.

Os atos são iniciativa conjunta das centrais de trabalhadores e das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Estão programados para acontecer em todas as capitais brasileiras e em diversas outras cidades.

O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, afirmou, em entrevista ao Portal Vermelho, que o MTST deve comparecer ao ato da Avenida Paulista, em São Paulo, nesta quarta com cerca de 25 mil militantes.

### Mobilização expressiva

“Vai ter bastante gente não só em São Paulo mas em todo o Brasil. Toda a mobilização está bem expressiva. Muitas categorias vão fazer paralisação. Da parte do movimento (MTST) existe uma clareza de

que é preciso fazer encaminhamento mais amplo, que é a defesa da Previdência Social”, explicou Boulos.

O projeto de reforma da Previdência Social apresentado por Michel Temer tramita em comissão especial da Câmara dos Deputados através da Proposta de Emenda Constitucional 287/2016. Na opinião de sindicalistas, economistas, parlamentares e trabalhadores, a iniciativa de Temer acaba com a possibilidade do brasileiro se aposentar.

O governo Temer defende a adoção da idade mínima de 65 anos para homens, mulheres, trabalhadores rurais e urbanos. Em 19 cidades brasileiras, a expectativa de vida é de 65 anos, ou seja, muitos trabalhadores sequer estarão vivos quando chegar a idade de se aposentar. Os mais penalizados serão os mais pobres que entram mais cedo no mercado de trabalho.

### Adesão da população

No caso dos trabalhadores rurais, que trabalham mais de 41 anos para ter acesso à aposentadoria de um salário mínimo, a reforma de Temer é perversa. Carlos Gabiatto, secretário de Assalariados(as) Rurais e de Políticas Sociais na área da Previdência Social da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná (Fetaep), observou que à medida que a população tem contato com o projeto tende a aderir aos protestos.

Leia mais em: <http://migre.me/weKjo>